

**FAMÍLIA E NEGÓCIOS:  
AS REDES COMERCIAIS DE GERVÁSIO PEREIRA ALVIM (1850-1880)**

Paula Chaves Teixeira  
Mestranda da Universidade Federal Fluminense

Resumo:

A presente comunicação visa estudar as relações comerciais entre a província de Minas e a Corte na segunda metade do século XIX, a partir dos contatos do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim. Procuramos compreender a participação da família de Gervásio Pereira Alvim na constituição/formação de alianças sociais, bem como a importância dessas alianças e a presença de seus familiares em praças comerciais distantes como os promotores de inserção social. Assim, observamos os negócios do fazendeiro nas praças do Rio de Janeiro e de São João del Rei e os problemas econômicos enfrentados por ele e sua família a partir de 1860.

Palavras-chave: Relações comerciais, Família, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Século XIX

Sessão Temática: História Econômica e Demografia Histórica – H2: Família e cotidiano em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

Cada dia mais presente, as documentações privadas/particulares têm ganho papel importante na construção do conhecimento do passado, uma vez que permitem com mais facilidade a reconstrução de certos aspectos que a documentação oficial não revela. Em geral, esse tipo de documentação é formado por correspondências pessoais e contas correntes que permitem analisar o homem no tempo, construindo a história, atuando no passado<sup>1</sup>. Esquecidas no fundo de uma gaveta ou guardadas com finalidades memorialistas, esses acervos se tornaram um belíssimo material de pesquisa.

Assim o foi com a documentação particular de Antônio da Silva Prado, estudada por Maria Thereza Petrone. Segundo Petrone, o estudo das atividades mercantis do futuro Barão de Iguape constituiu fonte inestimável para a História Econômica de São Paulo à época da Independência<sup>2</sup>. Abrangendo o período entre 1810 e 1875, o acervo permitiu a reconstrução de alguns aspectos da vida econômica paulista, como por exemplo, os sistemas de impostos, tanto o “novo imposto”, quanto o imposto de Guarapuava e Sorocaba e ainda permitiu observar as minúcias do comércio de gado, compra, invernada, distribuição, etc, importantes para compreensão da história do estado, como também para a compreensão do processo de integração do Brasil Sul. De acordo com Petrone, a falta de estudos e fontes sobre a criação e comércio de gado e seu papel na economia de São Paulo e do Brasil justificam o interesse pelos papéis deixados por Antônio da Silva Prado e sua relevância como fontes primárias<sup>3</sup>.

O mesmo ocorre com a documentação privada do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim. Largamente utilizada nesse trabalho, o acervo pessoal do fazendeiro permite observar a formação de uma **rede comercial** entre praças mercantis geograficamente distantes e, sobretudo, os negócios que envolveram os mineiros e cariocas na segunda metade do século XIX. A partir de suas relações comerciais com a praça mercantil da Corte do Rio de Janeiro, Gervásio Pereira Alvim deixou um riquíssimo manancial de informações sobre a dinâmica mercantil travada entre as praças de comércio sanjoanense e carioca. Por meio de suas cartas, podemos observar o processo de inserção de um membro da elite local, residente no interior da província mineira, no comércio com a Corte e o papel desempenhado por sua organização familiar que, transformada em uma rede de exercício social e comercial, contribuiu para firmar contatos comerciais entre homens sediados em pontos geograficamente distantes.

Gervásio Pereira Alvim viveu, aproximadamente, entre os anos de 1827 e 1895<sup>4</sup> e teve atuação na praça mercantil carioca, sobretudo, depois de 1850<sup>5</sup>. Morador na fazenda dos Campos Gerais, distrito da Lage, termo da vila de São José del Rei e comarca do Rio das Mortes<sup>6</sup>, pertencia a uma descendência de fazendeiros e foi membro da elite econômica e política da região. Era filho do capitão Gervásio Pereira do Carmo e dona Ana Antônia Umbelina<sup>7</sup>, neto paterno do português

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

<sup>2</sup> PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. (Brasiliana, v.361).

<sup>3</sup> Idem, pp.2-3.

<sup>4</sup> Essas datas são aproximadas, não sabemos ao certo a data de nascimento e nem de óbito do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim, calculadas a partir dos dados fornecidos pela lista nominativa do distrito da Lage nos anos de 1831-1832 e por uma carta do acervo particular que diz: “*Ilustríssimo Senhor Gervásio Pereira de Resende, prezado amigo e senhor, Cumprindo suas ordens por carta de 23 do mês próximo passado lhe remetemos a nota do débito da assinatura de vosso pai o ilustríssimo Capitão Gervásio Pereira Alvim, de saudosa memória. Assinatura de 1 de janeiro de 1895 a 31 de dezembro de 1902 (oito anos) à 15\$000.*” Infelizmente, ainda não localizamos o inventário de Gervásio Pereira Alvim e nem seu testamento.

<sup>5</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim.

<sup>6</sup> Sobre o distrito da Lage, padrão de riqueza e população escrava ver: TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves.

**Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Cel. Xavier Chaves, 2006.

<sup>7</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário: capitão Gervásio Pereira do Carmo Alvim, 1838, caixa 44; Inventário *Post-Mortem*: Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1885, caixa 185; Testamento: Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1880, caixa 99. Lista nominativa de 1838, distrito da Lage. Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim, acerto de dote, 1854.

capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e de dona Francisca Cândida de Resende<sup>8</sup>, sendo esta última filha do inconfiante coronel José de Resende Costa e de dona Ana Alves Preto<sup>9</sup>. Seus avôs maternos foram o tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Prudenciana Umbelina de Paiva<sup>10</sup>, moradores na freguesia de Carrancas, termo da vila de São João del Rei.

O acervo de Gervásio Pereira Alvim a maior parte está sob guarda pessoal de Dênis Gualberto de Paula, em Resende Costa/MG e uma pequena parte está alocado no Museu Regional de São João del Rei, Minas Gerais. Ele é composto de cartas, notas promissórias, créditos, acordos e contas que abrangem o período de 1847 até 1895<sup>11</sup>, que possibilita a reconstrução de alguns aspectos do comércio inter-provincial e inter-regional. E, mais precisamente, os papéis de Gervásio permitem entrar na esfera de compreensão da dinâmica mercantil posta em execução para travar as redes comerciais, a qual dificilmente será abrangida senão através de uma documentação pessoal, como por exemplo, a de Gervásio Pereira Alvim.

Portanto, o objetivo deste trabalho será analisar as relações mercantis do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim na praça mercantil da Corte do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do oitocentos. O texto está dividido em duas partes. A primeira, “Capitalismo Moderno, Economia Pré-capitalista e Mercado” abordarei questões teóricas sobre economia capitalista e pré-capitalista no intuito de observar como elas se aplicam à economia imperial brasileira e, dessa forma, delinear o contexto sócio-econômico no qual Gervásio Pereira Alvim estava inserido. A segunda, “Negócios de Mineiros e Cariocas”, constitui um esforço para tentar compreender a participação da família no processo de construção de alianças sociais, bem como a importância dessas alianças e da presença de parentes como promotores de inserção no mercado interno do Brasil Império e os negócios de Gervásio Pereira Alvim nas praças do Rio de Janeiro e de São João del Rei.

### **Parte 1: Capitalismo Moderno, Economia Pré-capitalista e Mercado**

Max Weber, na obra “A gênese do capitalismo moderno”, destaca que o capitalismo moderno só

*“existe lá onde a cobertura das necessidades de um grupo humano, mediante atividades industriais e comerciais, realiza-se pelo empreendimento, não importando a necessidade. A empresa capitalista racional (...) é uma empresa com cômputo de capitais (...) que controla sua rentabilidade com o auxílio de cálculos, da contabilidade moderna e elaboração de balanços”<sup>12</sup>.*

Afirma, ainda, que a empresa capitalista atual surgiu somente a partir da segunda metade do século XIX, no Ocidente, quando a mesma passou a utilizar a contabilidade racional. Assim, o processo de consolidação do capitalismo moderno requereu uma pré-condição básica que foi a utilização da contabilidade pela grande empresa industrial ou comercial.

No entanto, a empresa industrial ou comercial surgiu somente quando algumas pré-condições foram supridas, tais como: a apropriação de todos os meios materiais de produção, a liberdade de mercado, a técnica racional, o direito racional sem interferência do Estado, o trabalho

---

<sup>8</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário *post-mortem*: capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11. Lista nominativa de 1831-1832, distrito da Lage.

<sup>9</sup> TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Cel. Xavier Chaves, 2006; Rol dos Confessados de 1795, distrito da Lage.

<sup>10</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventários *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447; tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24.

<sup>11</sup> O acervo particular de Gervásio Pereira Alvim que se encontra em posse de Dênis Gualberto abrange o período de 1847 até 1930. A família, depositária da documentação, relatou que a mesma foi encontrada dentro de uma gaveta de fundo falso, porém não sabem precisar quem foi (foram) o (os) responsável (responsáveis) pela preservação, como também não sabe informar sobre documentações pessoais de outros membros da família, como por exemplo, o capitão Gervásio Pereira do Carmo e o padre Joaquim Carlos de Resende Alvim além das poucas que compõem o acervo particular. A parte que remota a Gervásio Pereira Alvim é a baliza do estudo, 1847-1895.

<sup>12</sup> WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006, p.13.

livre, a comercialização da economia e a especulação<sup>13</sup>. Segundo Weber, uma época só pode ser considerada como tipicamente capitalista quando, na cobertura das necessidades, predominar as orientações capitalistas. Portanto, somente após preencher todas as pré-condições o capitalismo moderno (capitalismo generalizado e maduro) pôde consolidar-se.

Para Max Weber, o capitalismo moderno foi um fenômeno europeu ocidental e seu aparecimento estava relacionado com elementos específicos da história do continente, como por exemplo, o surgimento do Estado no sentido moderno, o direito racional sem interferência do Estado e a noção de cidadão e, em última instância, a cultura e a religião ocidental. De acordo com Weber,

*“Somente o Ocidente conhece um Estado no sentido moderno, com constituição instituída, funcionários especializados e direito de cidadania. (...) Somente o Ocidente conhece um direito racional criado por juristas, racionalmente interpretado e aplicado. Somente no Ocidente encontra-se a noção do cidadão, porque também somente no Ocidente existe cidade no sentido específico da palavra. Além disso, é somente no Ocidente que possui uma ciência no sentido hodierno da palavra (...). Finalmente, a cultura ocidental distingue de qualquer outra, ainda, pela existência de seres humanos com um ethos racional da condução da vida. Magia e religião encontramos em toda a parte. Porém, um fundamento religioso da condução da vida, que, em sua consequência, havia de desembocar num racionalismo específico, é peculiar ao Ocidente”<sup>14</sup>.*

Porém, antes de completar o processo de consolidação, existiram na história várias formas de capitalismo em várias proporções. Assim, *“partes da cobertura de necessidades podem ser organizadas de modo capitalista e outras de modo não capitalista”<sup>15</sup>.*

Nesse sentido, Alexander Chayanov<sup>16</sup> atentou para o fato de que a teoria econômica moderna tem o costume de pensar todos os fenômenos econômicos em termos exclusivos da economia capitalista. Segundo Chayanov, apesar do atual domínio do capital financeiro e mercantil no comércio mundial, a teoria econômica moderna não consegue compreender fenômenos econômicos de épocas não capitalistas a partir de seus pressupostos. Dessa maneira, a fórmula para o cálculo da lucratividade capitalista<sup>17</sup> não se aplica, por exemplo, no processo de formação do preço do escravo. Isso porquê, de acordo com o autor, a fórmula é composta por um complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si e são funcionalmente interdependentes, dessa maneira, a retirada de um dos elementos a torna inaplicável<sup>18</sup>.

Assim, o autor justificou a necessidade da criação de tipos econômicos, construção de modelos, para cada organização sócio-econômica correspondente a suas características peculiares. Pois, nas suas palavras:

*“Toda a ciência econômica da economia natural, sua concepção do que é econômico e lucrativo, assim como as estranhas ‘leis’ que dominam sua vida social, são (...) muito diferentes em caráter das idéias e princípios básicos de nossa ciência econômica habitual (...) somente com o desenvolvimento de uma economia de troca e monetária a direção perde seu caráter qualitativo”<sup>19</sup>.*

---

<sup>13</sup> Idem, pp. 13-15.

<sup>14</sup> Idem, pp.60-61.

<sup>15</sup> Idem, p.14.

<sup>16</sup> CHAYANOV, Alexander V. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.” IN: SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>17</sup> Fórmula para o cálculo da lucratividade capitalista:  $\text{lucro} = \text{RB} - (\text{DM} + \text{DC}) \geq C \cdot a_{100}$  onde, RB é a receita bruta; DM são as despesas anuais com materiais; DC são as despesas com salários; C é todo o capital constante e circulante; e ‘a’ a taxa de juros. IN: Idem, p. 136.

<sup>18</sup> Idem, pp. 136-138.

<sup>19</sup> Idem, p. 137.

Da mesma forma, Witold Kula<sup>20</sup> escreveu sobre a necessidade de construção de uma teoria econômica do sistema feudal. Segundo o autor, a necessidade da construção de uma teoria econômica surgiu da inadequação de uma teoria econômica universal capaz de apreender todas as leis que regem a economia, uma vez que as leis econômicas mudam em simultâneo com a mudança das estruturas sócio-econômicas<sup>21</sup>. De acordo com Kula, apesar da existência no marxismo de leis de aplicação universal fundamentais para a compreensão da atividade econômica humana, “a maior parte das leis econômicas e justamente as de conteúdo mais rico, têm um alcance espacial e temporal limitado, geralmente circunscrito a um determinado sistema socioeconômico”<sup>22</sup>.

Assim sendo, como atentou Engels, no *Anti-Dühring*, “quem tentasse reduzir a Economia Política da Terra do Fogo às mesmas leis que regem hoje a economia da Inglaterra nada conseguiria pôr a claro a não ser uns tantos lugares comuns da mais vulgar trivialidade”<sup>23</sup>.

Após a II Guerra Mundial, economistas e historiadores sentiram a necessidade de rever a idéia da coordenação espontânea entre as decisões individuais e a evolução do mercado<sup>24</sup>. Karl Polanyi foi um deles.

Na tentativa de explicar as causas da crise do capitalismo nas décadas de vinte e trinta do século passado, Karl Polanyi<sup>25</sup> buscou as causas da crise no processo de construção e consolidação da economia de mercado. Assim, o autor deixou preciosa contribuição para compreender a organização socioeconômica de sociedades pré-capitalistas. Para analisar as causas do problema do capitalismo, o autor refutou a premissa do “homem econômico”, que seria a propensão imanente do homem em barganhar, permutar e trocar, proposto por Adam Smith, em a Riqueza das Nações<sup>26</sup>, a partir do conhecimento das economias antigas e primitivas e do papel da economia em sociedades pré-capitalistas. Assim, o autor destrinchou uma complexa organização social, na qual as relações econômicas eram meras funções da organização social.

De acordo com Polanyi, o período entre o final do século XVIII e primeira metade do XIX foi marcado por uma catastrófica desarticulação na vida de pessoas comuns e ocorreu um processo de transformação de pessoas em massas, a transformação em uma malta de mendigos e ladrões<sup>27</sup>, individualizando socialmente as pessoas ao alterar radicalmente a anterior percepção do indivíduo na sua coletividade. Segundo o autor, a Revolução Industrial implicou na ascensão da economia de mercado e, provocando um processo de desarticulação social nunca visto na história. A ascensão da economia de mercado e a transformação da sociedade em uma sociedade de mercado, ou seja, capitalista, constituiu-se num fenômeno do século XIX, nunca presenciado na história das organizações sócio-econômicas. A economia de mercado é uma construção artificial que não tem origem nas formas de mercado (padrões de mercado) existente nas sociedades primitivas<sup>28</sup>.

Segundo o autor, a economia em sociedades primitivas e ou pré-capitalista estava subordinada às relações sociais, cujos princípios eram a reciprocidade e redistribuição, em contraposição às motivações capitalistas do lucro e acumulação de riqueza. E mais, que o funcionamento dessa economia a partir desses princípios era facilitado pelo padrão de centralidade e simetria, que por sua vez, dependiam de uma organização social, na qual as necessidades coletivas estavam sobrepostas às necessidades individuais. Ou seja, o sistema econômico nessas sociedades nada mais era que um apêndice da organização social. Conforme Polanyi, apesar da existência da produção doméstica para a satisfação pessoal, a domesticidade, igual individualismo, nunca existiu, mas sim, uma domesticidade para o coletivo, para o grupo. Dessa forma, o autor afirmou que esse

---

<sup>20</sup> KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.

<sup>21</sup> Idem, pp. 7-13.

<sup>22</sup> Idem, p. 9.

<sup>23</sup> ENGELS, F. *Anti-Dührin*, Apud KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.

<sup>24</sup> MADUREIRA, Nuno Luís. **Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750-1834**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.13.

<sup>25</sup> POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed., 2000.

<sup>26</sup> Apud, Idem, pp. 62-63

<sup>27</sup> Idem, p. 51.

<sup>28</sup> Idem, pp. 77-78.

tipo de organização da economia a serviço da sociedade, combinando a reciprocidade, redistribuição e domesticidade coletiva ou baseada em um desses princípios foi o tipo de economia existente na Europa ocidental até o final do feudalismo.

Em consonância com as proposições de Polanyi de que o econômico, em sociedades pré-industriais, estava diluído em relações de clientelas, de vizinhanças e familiares, e, ainda, que a unidade de organização socioeconômica era baseada na família e no parentesco destacamos o trabalho de Giovanni Levi<sup>29</sup>. Na tentativa de compreensão do funcionamento do mercado de terras em Santena, no Piemonte, ele observou que a formação do preço da terra no mercado variou de acordo com o grau de parentesco e vizinhança.

Segundo Giovanni Levi, a parentela, vizinhança, amizade, clientela e caridade alteraram os preços da terra em Santena. E, ainda, que a solidariedade e os conflitos da comunidade tinham um peso determinante não só para ativar as transações quanto para determinar-lhe o preço nesse mercado imerso em relações parentais e sociais.

Assim, o que podemos observar é que o mercado, em economias não capitalistas, sofria interferência de elementos sociais, não econômicos. A formação do preço, por exemplo, não obedecia a leis capitalistas. Na verdade, o econômico em sociedades pré-capitalistas estava diluído em relações sociais e a família constituía o núcleo, unidade de organização sócio-econômica. De acordo com Nuno Madureira,

*“o lucro não determina as opções individuais; a mentalidade tradicional e os modos de socialização coletiva são mais fortes, concluindo-se que o conceito de economia de mercado apenas pode ser aplicado a uma sociedade com valores de mercado.”*<sup>30</sup>

Embora as leis capitalistas não se apliquem as economias pré-industriais, as contas (os gastos e investimentos) orientados para a distinção social, deveriam estar equilibradas. As opções em investimento fora da produção, que acarretava prestígio, não podiam colocar em risco a continuidade da economia. Segundo Witold Kula,

*“Se a despesa da sociedade excede permanentemente sua receita, se acossados pelas necessidades de seu consumo normal e ritual ela diminuiu sua capacidade produtiva, (...) a sociedade teria que fazer uma escolha de modificar sua organização social...”*<sup>31</sup>

Segundo Kula, a racionalidade do sistema não significa a redução de tudo a um denominador comum monetário (por exemplo, o preço). A racionalidade estava de acordo com o equilíbrio das contas que permitia a continuidade da organização sócio-econômica. Assim, como o mesmo autor exemplificou, nada de irracional existe quando um camponês investe na aquisição de um trator ou na compra de um tecido para o vestido de noiva da filha, essas ações estavam de acordo com a mentalidade da época e buscavam a distinção social; segundo o autor, a mesma preocupação com a distinção acontece até no capitalismo, quando um empresário troca de carro todo ano, sempre adquirindo o último modelo<sup>32</sup>. E mais, de acordo com Kula, o sistema econômico é racional quando o mesmo existiu e quando os mecanismos permitem a sua continuidade, como por exemplo, que as contas estivessem equilibradas.

A economia brasileira no oitocentos apresentava alguns traços do Antigo Regime<sup>33</sup>. A presença da escravidão, como principal força de trabalho produtiva, impingiu características não capitalistas à economia, com frágil divisão social do trabalho e pouca circulação de mercadorias e

---

<sup>29</sup> LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>30</sup> MADUREIRA, Nuno. **Mercado e privilégios...**, p. 11.

<sup>31</sup> KULA, Witold. “Da tipologia dos sistemas econômicos”. IN: FOURASTIÉ, Jacqueline et. Al., **Economia**. Rio de Janeiro: FGV, 3ª ed., 1981, p. 97

<sup>32</sup> **Teoria econômica...**, pp. 157-167.

<sup>33</sup> FRAGOSO, João & MANOLO, Florentino. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

moedas<sup>34</sup>. E também foi marcada por práticas especulativas e monopolistas que visavam os interesses pessoais, pela demanda limitada e poucas opções de negócios. As transações mercantis foram instáveis, com fortes oscilações, e coordenadas pelos vínculos pessoais<sup>35</sup>. A participação nas redes de comércio, no mercado, demandava presença de parentes e/ou amigos que facilitavam os contatos mercantis. Esse mercado foi um instrumento de reprodução da hierarquia social. Portanto, a economia brasileira estava a serviço da organização social<sup>36</sup>. Ou seja, a economia era um apêndice da sociedade e as relações econômicas estavam imersas em relações sociais, pautadas em vínculos de clientela, de vizinhança e de parentesco.

A família se apresentou como principal eixo organizador das relações sociais, econômicas e políticas no Brasil imperial. Nas redes de comércio, a sua participação tornou-se indispensável para a inserção de novos membros. A presença de familiares e de amigos facilitava as relações entre os indivíduos, principalmente, nos negócios entre praças mercantis geograficamente distantes. De acordo com Alcir Lenharo<sup>37</sup>, os laços de parentesco eram um dos recursos utilizados pelos comerciantes do Sul de Minas na estruturação de suas redes de negócios. Assim, *“via de regra, o parentesco servia como ponto de apoio para se firmar na praça comercial; pode-se encontrar uma diversidade de casos em que o parente constituía-se na fonte fornecedora dos gêneros de abastecimento.”*<sup>38</sup>

Afonso de Alencastro Graça Filho<sup>39</sup> também observou a presença de familiares intermediando as relações mercantis entre os comerciantes sanjoanenses e os cariocas. Segundo o autor, os grandes negociantes de São João del Rei, além de manter seus estabelecimentos na cidade, enviam seus filhos para a Corte do Rio de Janeiro no intuito de facilitar os arranjos comerciais e evitar os atravessadores. Conforme Alencastro,

*“os grandes negociantes (...) fundaram casas com parentes e filhos na Corte com o propósito de facilitar a intermediação entre as duas regiões, evitando o atravessador carioca. As casas localizadas no Rio de Janeiro recebiam os produtos mineiros e enviavam as mercadorias importadas, as chamadas fazendas secas e molhadas.”*<sup>40</sup>

A presença de familiares, bem como de amigos tinha peso nas relações comerciais, pois as referências se faziam a partir de contatos sociais. Os laços familiares seriam as bases de sustentação e identificação dos indivíduos em sociedades pré-capitalistas e sua importância nos negócios consistia na capacidade da família em favorecer a criação de redes de amizades e/ou de clientelas<sup>41</sup>. Assim, o cuidado com os laços familiares seria fundamental para a manutenção dos elos fortes e o seu rompimento, por outro lado, implicava na destruição de toda a teia social familiar.

Além de facilitar o crédito e os contatos entre os negociantes, a presença de familiares e amigos também supria as dificuldades de circulação nos acertos de negócios. E, ainda, eram importantes na formação das alianças sociais e na formação de redes de clientela. No Brasil oitocentista, as redes de clientelas influenciavam vários setores da sociedade, incluindo desde as relações econômicas até os acertos e contratos matrimoniais. A ostentação da riqueza era medida pela posse de escravos, a capacidade de formar um séquito ou clientela era a medida da representação social de um homem<sup>42</sup>.

---

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_, **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>35</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999, p.63-66.

<sup>36</sup> FRAGOSO, João & MANOLO, Florentino. **O arcaísmo como projeto...**

<sup>37</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>38</sup> Idem, p. 47.

<sup>39</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>40</sup> Idem, p. 81.

<sup>41</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999, pp.82-83.

<sup>42</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, pp. 35-41.

Gervásio Pereira Alvim participou desse mercado e sua família foi um dos principais instrumentos de sua inserção. Sua atuação na praça mercantil carioca é percebida no seu arquivo particular, principalmente, na segunda metade do oitocentos. E ela se deu a partir do intermédio de familiares residentes naquela praça. Gervásio Pereira Alvim contou com uma rede de familiares e amigos residentes no Rio de Janeiro que intermediou e facilitou seus contatos. A presença desses familiares em praças comerciais distantes entre si foi o elemento que viabilizou a rede comercial e facilitador da inserção de membros que residiam fora dela, desconhecidos, com pouca ou quase nenhuma expressão nacional, como foi o caso de Gervásio Pereira Alvim.

Na próxima parte, observaremos a participação da família no processo de construção de alianças sociais e a importância dessas alianças nas atividades mercantis. Buscaremos, também, observar a presença de parentes como promotores de inserção no mercado interno do Brasil Império e os negócios de Gervásio Pereira Alvim nas praças do Rio de Janeiro e de São João del Rei.

## Parte 2: Negócios de Mineiros e Cariocas

Em 30 de março de 1850, Gervásio Pereira Alvim recebeu uma carta de seu tio materno Francisco Eugênio de Azevedo. Na carta, Francisco Eugênio agradeceu o convite para a missa e deu informações sobre as finanças do sobrinho na Corte do Rio de Janeiro. Segundo Francisco Eugênio,

*“...Pelo negro vai a panela de seda que custou 300, e cá recebi 500 réis e o resto acertei em sua conta. (...) Como ainda não vendeu o gado, eu já fiz transação para o Rio, porque precisará do dinheiro no Rio neste mês, por isso não é preciso mais porém se você quiser mande deixar a quantia quiser depositada em mão de José Bernardino Teixeira, a sua ordem que logo aqui se acha transação.*

*Entretanto diga-me se com efeito mandou dar no Rio por minha conta 400 réis que há dias deu-me um recado seu tio Francisco de Assis, e como até agora não tive solução por isso desejo saber se com efeito mandou dar.*

*Seu tio amigo obrigado.”<sup>43</sup> (sic) (grifos meus)*

Francisco Eugênio de Azevedo parece ter sido o principal representante de Gervásio Pereira Alvim na Corte do Rio de Janeiro. Ele era filho do tenente Francisco Machado de Azevedo e de dona Pudenciana Umbelina de Paiva e irmão de dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, mãe de Gervásio Pereira Alvim. Os pais de Francisco Eugênio eram moradores na fazenda do Engenho, situada na freguesia e curato de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, termo da cidade de São João del Rei, comarca do Rio das Mortes<sup>44</sup>. Não sabemos como se processou a inserção dele na Corte e tampouco o período da mudança para lá, porém sabemos que o mesmo possuía um negócio na cidade, “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho”, e que se situava a rua Direita, 147<sup>45</sup>.

Em 1835, Francisco Eugênio de Azevedo tinha, mais ou menos, 18 anos e era solteiro<sup>46</sup>. Foi herdeiro de sua mãe, dona Pudenciana Umbelina de Paiva, recebendo a quantia de dois contos duzentos e vinte nove mil cento e sessenta e seis réis (2:229\$166) e mais setecentos e dezessete mil oitocentos e dezoito réis (717\$818) da terça materna<sup>47</sup>. Seis anos mais tarde, com o falecimento de seu pai, o tenente Francisco Machado de Azevedo, na descrição dos bens, Francisco Eugênio, já casado, havia recebido 600\$000 réis de dote e na partilha coube-lhe de legítima paterna três contos e noventa mil setecentos e vinte três réis (3:090\$723) e mais um conto vinte e dois mil e duzentos e quarenta um réis (1:022\$240) de terça paterna, tudo somando 4:112\$964 réis<sup>48</sup>.

<sup>43</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim: carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 30 de março de 1850, São João.

<sup>44</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447, p. 3.

<sup>45</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Recibos de Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho.

<sup>46</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447.

<sup>47</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário *post-mortem*: Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447, pp. 37, 37v, 38.

<sup>48</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24, pp. 35v, 36, 36v.

Francisco Eugênio não apareceu na lista dos negociantes constante no Almanak Laemmert de 1850, 1851 e 1852. Ele apareceu em 1860, na lista dos negociantes nacionais com a razão social “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho”, seu negócio situava-se à rua Direita, 147<sup>49</sup>. Ele reaparece na listagem dos “Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação”, oferecendo comissões e enfardamento, com armazém em Belém, estação da Estrada de Ferro de D. Pedro II<sup>50</sup>. Francisco Eugênio possuía uma sociedade com um sobrinho, do qual ainda não conhecemos a identificação. No entanto, não descartamos a hipótese de que esse sobrinho fosse Gervásio Pereira Alvim.

A carta enviada por Francisco Eugênio para o sobrinho Gervásio, exposta no início da seção, nos apresenta Francisco Eugênio como uma espécie de “consultor” do sobrinho. Todavia, isso não implica negar uma possível atuação de Gervásio no abastecimento dos negócios de Francisco Eugênio.

Sustentados nas afirmações de Alcir Lenharo que defendeu a presença dos laços de parentesco na estruturação dos negócios, sobretudo, como ponto de apoio para se firmar na praça comercial, percebemos as relações de Gervásio Pereira Alvim com seu tio, sediado na Corte. E ainda, o mesmo autor, afirmou que foi comum a existência de famílias inteiras dedicadas ao comércio, permitindo uma organização mercantil que visava benefícios mútuos. Conferindo as palavras Lenharo temos:

*“Também são constantes os casos de famílias inteiras dedicadas ao comércio, o que lhes permitia uma associação de esforços e divisão de tarefas que beneficiava conjuntamente. Apesar de serem casas independentes entre si, consignavam gêneros de uma só vez, unificando a obtenção das mercadorias na fonte, quando não fossem também parentes os próprios fornecedores. Há casos ainda mais singulares, como o de comerciantes que também eram os próprios proprietários e que através de suas embarcações organizavam o auto-suprimento.”*<sup>51</sup>

Assim, pensamos a relação de Gervásio e sua família. Os vínculos familiares eram incrementados com relações comerciais. Embora saibamos com grande probabilidade que ele não fosse o único sócio de Francisco Eugênio, é importante observar que Gervásio participou de alguns negócios com o tio, atuando, principalmente, no abastecimento interno.

Francisco Eugênio não era somente intermediário e “consultor” de Gervásio. Eles mantinham relações comerciais, Gervásio fazia compras na casa mercantil do tio. Assim, nos mostra a carta enviada pelo por Francisco Eugênio, em 1856:

*“Acuso o recebimento do seu pedido, o qual se acha pronto, e só estamos a espera de condução para São João del Rei para remeter, que para Carrancas não se acha condução presentemente, por isso remetemos diretamente para São João.”*<sup>52</sup>

Além dessa carta, consta na documentação particular de Gervásio algumas notas promissórias, assinadas por ele, da casa mercantil de Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho.

Francisco Eugênio também mantinha uma relação de autoridade sobre o sobrinho, sobretudo, em si tratando de manter o nome da família e a credibilidade no mercado. Na década de 1860, Gervásio estava passando por alguns percalços financeiros e Francisco Eugênio enviou uma carta exigindo que o sobrinho mandasse a quantia exata para o saldo de suas letras na Corte, pois os credores estavam ficando insatisfeitos com a demora. Segundo Francisco Eugênio:

*“Tendo escrito por vezes, e nenhuma resposta tenho tido, a respeito de tuas letras firmadas aqui, e apenas tenho recebido poucas quantias para teu pagamento, pois muito mais tem sido, por que os seus credores estão zangados e com razão, pois você tem*

<sup>49</sup> Almanak Laemmert, 1860: Negociantes Nacionais, p. 546 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000542.html>

<sup>50</sup> Almanak Laemmert, 1860: Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação, p. 575 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000571.html>

<sup>51</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação...*, pp. 47-48.

<sup>52</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 13 de março de 1856, Rio de Janeiro.

*deixado de cumprir em tempo com seu dever, e isso não é bom, portanto faça todo o possível para mandar quanto antes dinheiro para esse pagamento, que do contrário dizem eles que lá mandam fazer a cobrança, e então tudo estará vencido, e há de sofrer este desgosto e seja franco peça a teu tio o Senhor Vigário e seu sogro para acudir e valer no arranjo do dinheiro; e não há tempo a perder para esse arranjo com dinheiro; eu tenho pedido a teus credores que tenham paciência de esperar, que você está se esforçando para fazer a remessa de dinheiro, mas você tem abusado tanto, quer os homens repentinamente mandam fazer a cobrança, e isso será para você muito desairoso: portanto espero quanto antes mandará o dinheiro que falta para o pagamento da letra.*"<sup>53</sup> (grifos meus)

A carta deixa transparecer muitas coisas desse mundo mercantil. Primeiramente, ressalta a preocupação de Francisco Eugênio com as finanças do sobrinho na praça mercantil carioca. Fica claro na carta, o temor de uma cobrança súbita na casa de Gervásio, um desgosto social muito deselegante e perda da credibilidade, que poderia afetar a outros membros da família. Em segundo, podemos observar a importância econômica e social de dois membros da família residente no distrito da Lage, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, como os responsáveis pela perpetuação social e econômica da família. Apesar do sistema de herança não ter sido de filiação diferenciada, herdeiro único<sup>54</sup>, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim e o tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim parecem ter sido os herdeiros simbólicos do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, avô de nosso personagem. Tanto o vigário quanto o tenente coronel, não apresentaram um quadro de riqueza compatível com a de seu pai<sup>55</sup>, porém, nos respectivos inventários, os dois se exibiram fortunas consideráveis. Por exemplo, em 1879, ano de abertura do inventário *post-mortem* do vigário Joaquim Carlos, seus bens foram avaliados em 37:728\$740 réis, sendo instituídos como herdeiros o tenente coronel Francisco de Assis e a dona Ana Antônia Umbelina de Paiva<sup>56</sup>, sogro e mãe de Gervásio, respectivamente. E, em terceiro lugar, a carta demonstra uma autoridade paternalista<sup>57</sup> sobre o sobrinho e a importância desse vínculo na dinâmica mercantil. Francisco Eugênio intermediava os negócios de Gervásio com outros negociantes cariocas e os pedia mais tempo para que o sobrinho arrumasse o dinheiro.

Outro nome bastante presente nos acertos de conta a ordem de Gervásio na praça carioca foi o de Antônio Candido de Resende<sup>58</sup>. As informações sobre ele são muito limitadas, sabemos que era primo de Gervásio. Até o presente, não conseguimos mais informações sobre ele.

Na praça mercantil do Rio de Janeiro, Gervásio Pereira Alvim tinha ligações comerciais com outros negociantes<sup>59</sup>. Alguns desses nomes mantinham relações com os comerciantes sanjoanenses.

Gervásio Pereira Alvim mantinha atividades mercantis com a casa carioca “Loureiro, Botelho e Castro”. Em 1860, a casa apareceu na lista dos negociantes nacionais, presente no

---

<sup>53</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 17 de dezembro de 1862, Rio de Janeiro.

<sup>54</sup> CAMPS, Joan Bestard. “La estrechez del lugar. Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas.” IN: JIMÉNEZ, Francisco Chacon & FRANCO, Juan Hernández (eds.) **Poder, familia y consanguinidad em la Espana del Antiguo Régimen**. Barcelona: Antropos, 1992.

<sup>55</sup> A sociedade brasileira oitocentista foi marcada por constantes oscilações de fortunas, dificilmente os filhos e netos conseguiam reproduzir o grau de fortunas dos pais e avós. Sobre isso, ver: FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; \_\_\_\_\_. “Fortuna e família em Bananal no século XIX”. IN: CASTRO, Hebe Maria de Mattos & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>56</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário: padre Joaquim Carlos de Resende Alvim, 1879-82-88, caixa 357.

<sup>57</sup> Sobretudo se considerarmos como patriarcalismo, em suma, um conjunto de valores e práticas que coloca no centro da ação social a família. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>58</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim.

<sup>59</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim.

Almanak Laemmert, já em liquidação, e situava-se à rua dos Pescadores, 28<sup>60</sup>. Não conseguimos para o presente trabalho mapear, ao certo, as atividades mercantis entre a casa e Gervásio, sabemos, somente, que se tratou da comercialização de fazendas secas.

Essa casa mercantil, Loureiro, Botelho e Castro, tinha um acordo com a casa de Sabino de Almeida Magalhães, em São João del Rei. Sabino da Almeida Magalhães era o representante da casa carioca na praça sanjoanese. Em carta enviada por Sabino a Gervásio Pereira Alvim, o autor afirma ser instruído por Loureiro, Botelho e Castro a receber a quantia de que é devedor:

*“Amigo e senhor, da carta inclusa que lhe dirigem Loureiro, Botelho e Castro, do Rio de Janeiro, verá Vossa Senhoria que estou autorizado pelos mesmos para receber o que Vossa Senhoria lhes deve na importância de réis 5:300\$474, e como tenho de cumprir na ordem que sacaram contra mim até fins do mês de agosto próximo futuro, por isso desejo que Vossa Senhoria me responda se posso contar com a efetividade desse pagamento.”*<sup>61</sup>

Sabino de Almeida Magalhães possuía um estabelecimento comercial em São João del Rei. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, Sabino foi um grande negociante sanjoanense que teve relações comerciais com a Corte. E que para facilitar os arranjos mercantis entre as duas regiões e o melhor andamento dos negócios, Sabino de Almeida Magalhães enviou filhos para administrar sua casa comercial no Rio de Janeiro<sup>62</sup>. De acordo com Graça Filho:

*“o coronel Sabino de Almeida Magalhães tinha quatro filhos moradores e matriculados como negociantes de grosso trato na Corte, onde funcionava a casa comercial em sociedade com Sabino de Almeida Magalhães Jr. e Augusto de Almeida Magalhães, mercando com gêneros estrangeiros e do país, na rua do Rosário.”*<sup>63</sup>

Em 1852, a casa comercial de Sabino de Almeida Magalhães apareceu listada no Almanak Laemmert, inscrito na lista de negociantes nacionais<sup>64</sup>. Gervásio Pereira Alvim também tinha negócios com a casa de Sabino de Almeida Magalhães.

Sabino de Almeida Magalhães também foi intermediário da casa comercial carioca “Serzedello e Machado”. Segundo uma observação feita em um recibo de transporte de encomenda, os senhores Serzedello e Machado tinham como representantes em São João del Rei, o coronel Sabino de Almeida Magalhães. Nesse recibo, Carlos Almondes Faria acusou o recebimento de quatro caixas de louças que deveriam ser levadas para a Lage e entregues a Gervásio Pereira Alvim, por ordem de Serzedello e Machado. Porém, na margem há uma nota a qual as mercadorias deveriam ser entregues a Sabino de Almeida Magalhães em São João del Rei<sup>65</sup>. Segundo o recibo:

*“Recebi dos Snr<sup>s</sup>. Serzedello e Machado os volumes a margem mencionados para levar em minha tropa nesta presente viagem que faço para a Lage e ali entregar ao Snr. Gervásio Pereira Alvim de que me pagará de carroto a 8\$400 por volume de baixo e para cuja entrega obrigo a minha pessoa, todos os meus bens presentes e futuros. Para firmeza firmo este em duplicata.  
Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1854*

---

<sup>60</sup> Almanak Laemmert, 1860: Negociantes Nacionais, p. 551 – homepage:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000547.html>, capturado em 27 de agosto de 2007 e conferido em 3 de setembro de 2007, 11h30.

<sup>61</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Sabino de Almeida Magalhães, 10 de julho de 1859, São João del Rei.

<sup>62</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste...**, pp. 81-82.

<sup>63</sup> Idem, Ibidem.

<sup>64</sup> Almanak Laemmert, 1852: Negociantes Nacionais, p. 389 – homepage:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1852/00000392.html>, capturado em 27 de agosto de 2007 e conferido em 3 de setembro de 2007, 11h51.

<sup>65</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Recibo de Carlos Almondes de Faria, em 18 de outubro de 1854, Rio de Janeiro.

*Carlos Almondes de Faria.*<sup>66</sup>

Na margem do recibo está escrito:

*“GPA (acredito ser: Gervásio Pereira Alvim)  
4 caixas com louças  
Para entregar ao Snr. Sabino de Almeida Mag.<sup>es</sup> Em S. João de El Rey.”*<sup>67</sup>

Em 1860, a casa de Serzedello e Machado apareceu na lista dos negociantes do Almanak Laemmert. A casa está listada na seção “Armazéns e Lojas de Louças, Porcelanas, Vidros, Cristais, Bandejas e Bronzes”. E, ao que tudo indica, a casa comercializava louças e estava situada à rua de São Pedro, 18<sup>68</sup>.

Carlos Joaquim Máximo Pereira, comerciante sediado na Corte, também mantinha negócios com Gervásio Pereira Alvim. Na documentação particular de Gervásio são constantes os recibos vindos dessa casa mercantil. Os tratos comerciais com essa casa não era somente com Gervásio, seu tio paterno, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, também tinha contatos comerciais com Carlos Joaquim Máximo Pereira. Em 15 de novembro de 1862, Carlos Joaquim enviou uma carta ao vigário Joaquim Carlos informando sobre uma transação mercantil ordenada pelo vigário e efetuada por Antônio Candido. Segundo a carta,

*“Amigo e Senhor. Temos em vista a sua estimada de 24 próximo passado de cujo conteúdo ficamos certos e em cumprimento à sua ordem entregamos ao senhor Antônio Candido de Resende a quantia de noventa mil réis (90\$000) que VS<sup>a</sup> debitamos por saldo e junto achará o recibo.  
Desejamos-lhe boa saúde e somos com estima. De VS<sup>a</sup> Amigos, Obrigados.”*<sup>69</sup>

Pela carta, observamos um comportamento constante nos acertos de negócios entre praças distantes: as ordens de transações e pagamento efetuadas por terceiros. Vários negócios de Gervásio foram firmados dessa forma. Ordens de encomendas, pagamentos, abonos em sua grande maioria eram feitas por terceiros a ordem de Gervásio e em benefício do mesmo, na Corte e em São João del Rei. Assim, pensamos que a presença de parentes e amigos facilitava a identificação e a credibilidade nos tratos comerciais. Em economias pré-capitalistas a atuação no mercado dependia do conhecimento das pessoas e o crédito não era dado sem uma garantia de retorno. Segundo Braudel, o risco nas atividades comerciais, o desconhecimento dos indivíduos faziam com que o crédito fosse dado com precauções, como por exemplo, o aumento dos juros<sup>70</sup>.

Em 1860, a casa de Carlos Joaquim Máximo Pereira apareceu listada no Almanak Laemmert na seção “Negociantes Nacionais” e situava-se à rua Direita, 123<sup>71</sup>. No mesmo almanaque, ele apareceu listado nas seções “Armazéns de Fazendas Secas de importação, por atacado”<sup>72</sup> e “Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades, de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Almanak Laemmert, 1860: Armazéns e Lojas de Louças, Porcelanas, Vidros, Cristais, Bandejas e Bronzes, p. 645 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000641.html>, capturado em 27 de agosto de 2007 e conferido em 3 de setembro, 15h54.

<sup>69</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Carlos Joaquim Máximo Pereira para o senhor vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, em 15 de novembro de 1862, Rio de Janeiro.

<sup>70</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: Os Jogos das trocas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 339.

<sup>71</sup> Almanak Laemmert, 1860: Negociantes Nacionais, p. 545 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000541.html>, capturado em 27 de agosto de 2007 e conferido em 3 de setembro de 2007, 17h04.

<sup>72</sup> Almanak Laemmert, 1860: Armazéns de Fazendas Secas de importação, por atacado, p. 589 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000585.html>, capturado em 27 de agosto de 2007 e conferido em 3 de setembro de 2007, 17h11.

alemãs”<sup>73</sup>, também como vendedor por atacado. Cumpre notar aqui, que talvez Carlos Joaquim Máximo Pereira fosse parente de Gervásio Pereira Alvim ou alguém muito próximo da família, sobretudo a sediada na freguesia e curato de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, termo da cidade de São João del Rei. Em 9 de abril de 1841, Antônio Machado de Azevedo, tio materno de Gervásio, instituiu como seus procuradores no inventário de seu pai, o tenente Francisco Machado de Azevedo, o irmão Joaquim Leonel de Azevedo e a Carlos Joaquim Máximo Pereira<sup>74</sup>. Talvez se trate de outra pessoa, mas nos parece pouco provável, pois, Francisco Eugênio de Azevedo necessitou de mecanismos e estratégias para se inserir no comércio carioca.

Gervásio Pereira Alvim também teve tratos mercantis com “Francisco Carlos Machado e C.”. Essa casa apareceu listada no Almanak Laemmert de 1860, na seção “Armazéns de Fazendas secas de importação, por atacado” e situava-se à rua da Candelária, 43<sup>75</sup>. Em São João del Rei, essa casa mercantil tinha como representante Manoel Gomes de Castro. Em carta de 7 de outubro de 1859, Francisco Carlos de Machado pedia a Gervásio Pereira Alvim saldasse o débito que estava vencido e, caso não encontrasse portador, Gervásio poderia entregar qualquer quantia ao senhor Manoel Gomes de Castro, em São João del Rei<sup>76</sup>.

Manoel Gomes de Castro foi um dos grandes comerciantes sanjoanense com estabelecimentos mercantis na Corte e em São João del Rei<sup>77</sup>. Junto com o irmão Antônio Gomes de Castro, Manoel Gomes de Castro abriu uma casa comercial na Corte, sob a razão social “Antônio Gomes de Castro e Irmão”<sup>78</sup>. Esta se situava à rua da Quitanda, 181. De acordo com Graça Filho, “o fundo da sociedade orçava em 120:000\$000, com 72:160\$470 rs. pertencentes ao Manoel Gomes de Castro e 47:839\$530 rs. de seu irmão”<sup>79</sup>. Gervásio Pereira Alvim teve relações comerciais com as duas casas mercantis.

Em São João del Rei, Gervásio Pereira Alvim relacionou com Manoel Gomes de Castro durante as décadas de 1850 e 1860. Na documentação privada de Gervásio observamos significativos débitos em favor de Manoel Gomes de Castro e, a partir de 1858, o início dos problemas financeiros entre os dois. Em 1858, Manoel Gomes de Castro solicitou de Gervásio o pagamento de um crédito do valor de principal e prêmios dois contos, três mil e oitocentos e dez réis (2:003\$810). Segundo Manoel Gomes de Castro, ele precisava do dinheiro para quitar uma dívida com a testamentaria de Francisco José Dias que era do valor de vinte contos. Em outra carta, de 1862, Manoel Gomes de Castro solicitou de Gervásio o pagamento do crédito em dinheiro e o alertou sobre o vencimento do crédito e pagamento de prêmios. Nessa carta, podemos observar que os negócios entre eles não estava bons, Gervásio estava passando por um período de descontrole financeiro. De acordo com a carta de Manoel Gomes de Castro:

*“Já por vezes lhe fiz ver que não preciso dos escravos, e lhe disse que Vossa Senhoria podia vende-los entregando-me o importe dos mesmos, pois que eu preciso do dinheiro para arranjos que tenho a fazer, e portanto uma vez que quer dispor deles já há muito tempo os devia ter vendido, e entregar-me a importância deles, pois que Vossa Senhoria bem sabe que quanto mais tempo correr mais premio vence, e portanto mais difícil se ter no pagamento, além disso Vossa Senhoria me ofereceu ultimamente outra qualquer quantia para eu lhe dar mais alguma espera, ao que eu lhe respondi que sim uma vez que o senhor*

<sup>73</sup> Almanak Laemmert, 1860: Lojas de Fazendas Secas de todas as qualidades, de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs, p. 631 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000627.html>, capturado em 27 de agosto de 2007 e conferido em 3 de setembro de 2007, 17h12.

<sup>74</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário *post-mortem*: tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24, p.19.

<sup>75</sup> Almanak Laemmert, 1860: Armazéns de Fazendas Secas de importação, por atacado, p. 590 – homepage: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000586.html>, capturado em 27 de agosto de 2007 e conferido dia 3 de setembro de 2007, 20h40.

<sup>76</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Francisco Carlos Machado, em 7 de outubro de 1859, Rio de Janeiro.

<sup>77</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste...**, p. 81.

<sup>78</sup> Idem, p.83.

<sup>79</sup> Idem, Ibidem.

*vigário abonasse o novo crédito que Vossa Senhoria devia passar em substituição da escritura, mas nada disto Vossa Senhoria arranjou, e nem tão pouco me declarou qual era a nova quantia que oferecia (...) Espero que vá mandando algumas quantias por conta de seu débito afim de o ir (?) pois bem sabe que não é possível esperar indefinidamente sem que vá dando dinheiro por conta.*”<sup>80</sup> (grifos meus)

A carta revela os percalços financeiros crescentes de Gervásio Pereira Alvim na década de 1860, principalmente com a casa comercial de Manoel Gomes de Castro. O ápice dos problemas econômicos de Gervásio ocorreu quando Manoel Gomes de Castro faleceu e a viúva e seu filho Custódio de Castro Moreira demandou na justiça o pagamento da dívida, que segundo os autores era superior a cinco contos de réis<sup>81</sup>. Gervásio Pereira Alvim foi obrigado por ordem judicial a pagar a dívida e em um acordo entre as partes ficou combinado o pagamento de dois contos e duzentos mil réis (2:200\$000) em quatro pagamento de quinhentos e cinqüenta mil réis (550\$000) anuais, durante quatro anos<sup>82</sup>. Gervásio Pereira Alvim quitou a dívida, principal e prêmio, em 23 de julho de 1879 e continuou com suas atividades mercantis com a praça carioca até por volta de 1880. Não conseguimos ainda calcular o impacto dessa execução na vida financeira de Gervásio, pensamos que ela tenha causado certo abalo nas suas finanças, afinal o débito era considerável e o pagamento foi efetuado em parcelas. Porém, acreditamos que ele conseguiu superar os problemas ao contrário do pai, que não teve a mesma sorte e/ou sucesso no mundo dos negócios.

O pai de Gervásio, o capitão Gervásio Pereira do Carmo foi infeliz nos negócios e faliu. Segundo uma nota no jornal local Astro de Minas de 05 de março de 1835, os bens do capitão Gervásio do Carmo estava em pregões para ser arrematado na praça do Juízo Municipal da Vila de São José. De acordo com a pequena nota:

*“os credores do falido capitão Gervásio Pereira do Carmo Alvim fazem público, que na praça do Juízo Municipal da Villa de São José se achão em pregões para serem arrematados todos os escravos, casas, gado vacum e cavallar, e mais trastes do dito capitão Gervásio. Quem quiser, se dirija dentro do tempo do costume a aquela Praça, S. José d’El Rei 5 de março de 1835.*”<sup>83</sup>

Não sabemos ao certo as causas da falência do capitão Gervásio Pereira do Carmo e tampouco o impacto dessa na vida do nosso personagem. Embora no mercado coubesse toda a sorte de fortunas, desde os negociantes de grosso trato até os pequenos mercadores e negras do tabuleiro, a manutenção nele demandava certo grau de riqueza<sup>84</sup>. A diversificação das atividades mercantis era essencial na economia pré-capitalista para a manutenção da riqueza e a especialização ocorreu somente na base da pirâmide mercantil<sup>85</sup>. Segundo Braudel, *tornar-se e sobretudo ser negociante é ter, não o direito, mas a obrigação de lidar, quando não com tudo, pelo menos com muitas coisas*<sup>86</sup> (grifos meus). Assim sendo, pensamos que a falência de Gervásio Pereira do Carmo teve relação direta com a diversificação das atividades mercantis. Ou seja, pensamos que talvez Gervásio Pereira do Carmo não tivesse diversificado suas atividades e com a instabilidade dos negócios, característica de economias pré-capitalistas, ele faliu. Talvez ele não quisesse incrementar as atividades ou talvez ele

<sup>80</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Manoel Gomes de Castro, em 5 de janeiro de 1862, São João del Rei.

<sup>81</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Acordo de pagamento da dívida com Custódio de Castro Moreira, em 12 de setembro de 1868, São João del Rei.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Universidade Federal de São João del Rei, Biblioteca do Campus Dom Bosco: Jornal Astro de Minas, nº 1138, data 05/03/1835, p. 4, Microfilme – rolo 20.

<sup>84</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. “Comércio e fronteira em Minas colonial”. IN: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed. Revista, 1998.

<sup>85</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: Os Jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp.331-339.

<sup>86</sup> Idem, p. 334.

não tivesse capital econômico suficiente para tal incremento. De acordo com João Fragoso, eram poucos os homens de negócios que permaneciam anos em exercício na praça carioca e que o grupo formado por esses homens buscou sempre a diversidade econômica como garantia de permanência e riqueza, compondo, dessa forma, o topo da hierarquia mercantil<sup>87</sup>.

Voltando a carta de Manoel Gomes de Castro, ela revela outra faceta da organização sócio-econômica do Brasil imperial. Primeiramente, novamente observamos o papel da família como importante instrumento de apoio não só financeiro como político. Manoel Gomes de Castro somente aceitava outro crédito de Gervásio, depois de tantos atrasos, se o tio paterno, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, o abonasse, o que implica reconhecer a fortuna e a importância do tio, ou seja, se o sobrinho não pagasse, pagava o tio. Em outra carta, exposta acima, nessa mesma seção, o tio materno de Gervásio Pereira Alvim, Francisco Eugênio de Azevedo também mandou Gervásio procurar o apoio financeiro do tio vigário para saldar as dívidas contraídas na praça carioca. Em segundo lugar, a carta revela a respeito do crédito e o pagamento do mesmo.

O recurso ao crédito foi um mecanismo bastante difundido nas Minas Gerais setecentista e oitocentista. De acordo com Mafalda Zemella<sup>88</sup>, a maior parte das transações comerciais dos habitantes das Minas, no século XVIII, foi feita a crédito, poucos foram os pagamentos à vista, isso porquê faltava numerário circulante na região. A partir desse estudo clássico, a historiografia tem posto que recurso ao crédito como opção a falta de numerário circulante. No entanto, a utilização do crédito, segundo Cláudia Chaves<sup>89</sup>, seria uma estratégia necessária nos empreendimentos, independente da disponibilidade dos meios circulantes. Contrariamente ao que havia compreendido a historiografia, de que o uso difundido do crédito seria originado pela pobreza e instabilidade econômica enfrentada por Minas Gerais no final do século XVIII. De acordo com Chaves, os créditos seriam estratégias defendidas pelos contemporâneos:

*“Era regra geral do comércio comprar e vender na primeira mão e no tempo certo. Por isso é ‘muito mais útil tomar dinheiro a juro para comprar a seu tempo, do que comprar fora dele nas lojas e tendas com próprio dinheiro’.”<sup>90</sup>*

Ou seja, a utilização do crédito seria uma forma de evitar a paralisação do capital em investimentos, era saber comprar no tempo certo. E mais, a ampla utilização do crédito, para a autora, também estaria relacionada com a credibilidade no mercado:

*“fazer crédito é vender a crédito, é sofrer aquele que deve, ou aquele que a que se vende, haja algum tempo a pagar. Haver crédito é poder comprar muitas mercadorias sem ser obrigado de as pagar, ou poder tirar muitas letras de câmbio, sem que a pessoa se recuse de as tomar. Haver crédito de alguém é haver muita confiança”.*<sup>91</sup>

Gervásio Pereira Alvim recorreu muito aos créditos, tanto na praça mercantil do Rio de Janeiro quanto na de São João del Rei. Na carta de Manoel Gomes de Castro, observamos que os atrasos de Gervásio haviam pesado demais na relação entre eles e que para a renovação do crédito seria preciso a interferência do vigário Joaquim Carlos de Resende. A credibilidade de Gervásio estava em baixa enquanto a do vigário estava em alta. Porém, observamos que na documentação de Gervásio a preocupação em saldar as dívidas era questão de honra e de manter o nome da família. Ainda mais que, a credibilidade no mercado significava a confiança no devedor, conforme o dito popular: “ter crédito na praça é ter fé”.

<sup>87</sup> FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura...**, p. 176.

<sup>88</sup> ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2ª edição, 1990.

<sup>89</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Dicionário de termos que são mais em uso no comércio *Apud* CHAVES, Cláudia M. das G. **Melhoramentos no Brasil...**

A carta de Manoel Gomes de Castro ainda nos mostra outro ponto interessante a respeito do crédito: a cobrança de prêmios. Segundo Braudel, o crédito, em economias pré-industriais, foi de ampla utilização:

*“toda a hierarquia mercantil, de cima a baixo, está no mesmo barco. Do pequeno lojista ao negociante, do artesão ao fabricante, todos vivem do crédito, isto é, da compra e venda a prazo.”*<sup>92</sup>

No entanto, Braudel ressalta que o crédito não era cedido sem garantias, quando maior os riscos maiores deveriam ser os lucros. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, em São João del Rei, o crédito era bastante difundido entre a população, porém em pequenos valores, as quantias consideráveis era restrito a um pequeno grupo e cobrado a juros também consideráveis. Manoel Gomes de Castro avisou a Gervásio que não é possível manter o seu crédito sem a remessa de dinheiro, *bem sabe que não é possível esperar indefinidamente sem que vá dando dinheiro por conta.*<sup>93</sup>

Apesar de todo o descontrole financeiro, Gervásio Pereira Alvim foi um negociante preocupado com suas finanças, com suas letras firmadas e com o mercado. Os negócios eram dotados de previsibilidade e racionalidade, buscava-se o equilíbrio das contas, mesmos quando ocorriam percalços econômicos. A preocupação em quitar as dívidas e com a manutenção do nome da família estava presente nas cartas enviadas por parentes intermediários de Gervásio em outras praças. Preocupava-se também com as notícias do mercado, tanto o nacional, quanto o internacional. Em carta enviada por José de Resende Monteiro, em 1867, observamos a preocupação com as notícias do mercado e com os arranjos mercantis,

*“Respondendo sua carta vinda pelo Lucas, tenho a dizer-te que tendo eu dado a Joaquim Pinto café para apanhar este ano futuro, o que já há tempos está prometido, não te posso oferecer vantagem; mas querendo mostrar os bons desejos que nutro em seu favor, pode vir com 3 pessoas em princípios de maio. **O mercado de café tem estado desanimador, pouco ou quase nada tem dado este gênero, apesar de excelentes notícias d’Europa: tudo no país se acha falseado e sem esperanças de tão cedo voltar a seu estado normal. Cheguei a 4 dias da Corte e vi que tudo caminha mal. Joaquim Pinto pouco fez no café quando esperava tirar alguma vantagem e assim nos tem acontecido. Por enquanto se te deliberares pode vir no tempo acima aludido. (...) Tio, amigo, obrigado, criado.**”*<sup>94</sup>(grifos meus)

A preocupação com a informação era fundamental para o sucesso dos negócios. O acesso às notícias era difícil, corriam lentamente e às vezes se perdia bons negócios e/ou se fazia péssimos arranjos devido ao tempo que as informações chegavam<sup>95</sup>. Gervásio preocupava-se com as notícias internacionais e com o mercado nacional e a carta de José de Resende Monteiro mostra isso.

Além desses comerciantes, Gervásio Pereira Alvim ainda mantinha tratos comerciais com outros negociantes, tanto na Corte do Rio de Janeiro, quanto na praça mercantil de São João del Rei, que para o presente trabalho não conseguimos informações suficientes. Na Corte, Gervásio Pereira Alvim tratou com, principalmente: “Francisco Carlos de Magalhães”, “Francisco Carlos”, “Joaquim Manoel Alves de Araújo”, “José Bernardino e Máximo Pereira”, “José Esteves e Botelho Sobrinho”, “Eugênio de Azevedo & C.”, “Vicente Ferreira de Paiva e C.”, “José Francisco Alves”. E em São João del Rei verificaram-se, sobretudo: “Leite e Ribeiro Guimarães”, “Chaves de Miranda e Irmão”, “Vicente de Paula Teixeira” e “Antônio Gonçalves de Assis”.

<sup>92</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material...**, p. 339.

<sup>93</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Manoel Gomes de Castro, em 5 de janeiro de 1862, São João del Rei.

<sup>94</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por José de Resende Monteiro, em 12 de dezembro de 1867, Providência.

<sup>95</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material...**, pp. 353-382.

O movimento de mercadorias entre Gervásio e os negociantes da Corte era, basicamente, a descida de gado para o Rio de Janeiro e a subida de fazendas secas para as Minas. Em carta enviada por Manoel Esteves observamos a movimentação das rezes de gado de Gervásio para a Corte:

*“Ilustríssimo senhor Gervásio Pereira Alvim, grande satisfação tive em receber notícias de Vossas Mercês todos pois vivia bastante incomodado por não ter tido há muito notícias de Vossas Mercês (...) Como promete de vir até aqui fins de novembro rogo trazer-me meia arroba de aço bom e oito libras de chumbo grosso. **Sobre os gados não me incomoda eles ficar este ano o que me incomoda é a falta de pastos, que está tudo seco, e faça sim a vontade de Deus.**”<sup>96</sup>(grifos meus)*

A carta de Francisco Eugênio, que abre essa seção, também nos revela o movimento das tropas de gado de Gervásio Pereira Alvim para a Corte do Rio de Janeiro, na verdade, revela o envolvimento de nosso personagem com a comercialização de gados. Segundo Alcir Lenharo, na conexão mercantil Sul de Minas e o Rio de Janeiro, as principais cargas enviadas pelos mineiros aos cariocas eram porcos, gados, carneiros e seus derivados, como toucinho, couros, café, tabaco e panos de algodão. Em contrapartida, a Corte enviava as Minas produtos importados<sup>97</sup>. E, ainda, que a comercialização dos produtos mineiros se fazia pelo sistema de consignação. De acordo com Lenharo,

*“prescrevia esse sistema que **o produtor devia entregar seus gêneros ao comerciante, sem que os preços fossem estipulados, e esperar a comercialização dos mesmos para poder acertar o pagamento dos seus produtos.** Os comerciantes, por sinal, procuravam obter junto dos produtores exclusividade de compra, antes mesmo que a produção já estivesse garantida. Para isto costumavam adiantar uma quantia em dinheiro que o produtor recebia integralmente depois. **Os comerciantes compravam pois sem condições de preços não definidos, podendo manipulá-los arbitrariamente, alegando desequilíbrios do mercado, diminuição da procura ou perecibilidade da mercadoria vendida.**”<sup>98</sup>(grifos meus)*

Temos alguns indícios de que a comercialização do gado de Gervásio Pereira Alvim, na Corte e na praça sanjoanense, foi via o sistema de consignação e que o mesmo sofreu com os artifícios dos comerciantes para pagar menos no momento de saldar o negócio. Exemplo disto é a carta enviada por Manoel dos Passos Pereira:

*“Amigo e senhor, recebi sua estimada que acompanhou as três rezes que nela me participou, e lhe remeto cem mil réis (...) **de todo não tenho algum lucro, mas as rezes quando muito podiam aqui se ler o que Vossa Mercês diz aí deu por elas, pois bem sabe a abundância de gado que é, por isso para a outra vez veja se compra melhor. Quanto ao outro faça o possível para que ele se conserve gordo que acabando o que tenho talvez façamos negócio.**”<sup>99</sup>(grifos meus)*

A carta ilustra bem a passagem de Lenharo. Observamos que Manoel dos Passos Pereira, para justificar o preço abaixo que estava enviando pelas três rezes a Gervásio Pereira Alvim, alegou que há abundância de gado na cidade e por isso teve pouco ou nenhum lucro com a comercialização, e deixa subentendido que Gervásio não fez bom negócio na compra do gado. Finalizando a carta, ele sugere um possível negócio com Gervásio no futuro.

Gervásio Pereira Alvim somou atividades agrárias com atividades mercantis. Na documentação particular é constante acordos de compra de capoeiras, pastos e escravos e há

---

<sup>96</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Manoel Esteves, em 21 de outubro de 1850, sua casa.

<sup>97</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação...**, p. 93.

<sup>98</sup> Idem, Ibidem.

<sup>99</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Manoel dos Passos Pereira, em 2 de maio de 1852, São João del Rei.

também alguns recibos da Renda Provincial de Minas Gerais dos exercícios de 1856/57 e de 1882/83 e o da Câmara Municipal da Cidade de São José del Rei do ano de 1888<sup>100</sup>. O recibo da Renda Provincial de 1856/57 é do valor de quatro mil réis (4\$000), imposto referente à “seu negócio na estrada da Lage”. E os outros dois, um de seis mil réis (6\$000) da Renda Provincial e o outro de cinco mil réis (5\$000) imposto municipal, são referentes ao rancho de tropas que Gervásio possuía na Freguesia da Lage.

Acreditamos que esse comportamento foi herdado da geração de seus avós. Nos inventários do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e do tenente Francisco Machado de Azevedo<sup>101</sup>, além da presença de bens que os caracterizam como fazendeiros, como por exemplo, a posse de terras, plantações de roça em geral, benfeitorias nas fazendas e grande número de escravos, verificamos um número significativo de bestas de cargas, jumentos, burros e outros animais que serviam para o transporte de cargas. Já o pai de Gervásio, o capitão Gervásio Pereira do Carmo, apareceu listado, na Lista Nominativa de 1831-32, como se ocupando de “chácara e venda”.

## **Conclusão**

Neste trabalho, buscamos analisar as relações comerciais entre praças mercantis distantes, principalmente, entre a de São João del Rei com a Corte, na segunda metade do século XIX, a partir dos contatos de Gervásio Pereira Alvim. Procuramos perceber o processo de formação dessa rede e o papel da família enquanto ‘viabilizadora’ desta. Conseguimos mapear alguns negociantes com os quais nossa personagem principal estabeleceu seus contatos e, o que a pesquisa, ainda em andamento, nos têm mostrado é que este grupo foi composto por negociantes mineiros que se estabeleceram na praça mercantil do Rio de Janeiro. No entanto, suas origens e processos de inserção ainda precisam de mais estudo, o que não foi possível para o presente texto.

## **Bibliografia:**

### **1. Fontes Primárias:**

1.1 Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim

1.2 Arquivo do Museu Regional de São João del Rei

1.2.1 Inventários:

Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447;

Capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11;

Capitão Gervásio Pereira do Carmo Alvim, 1838, caixa 44;

Tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24;

Padre Joaquim Carlos de Resende Alvim, 1879/82/88, caixa 357;

Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1885, caixa 185;

Tenente coronel Francisco de Assis Resende, 1888, caixa 543.

1.2.2 Testamento:

Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1880, caixa 99.

1.2.3 Documentação Particular de Gervásio Pereira Alvim

1.3 Rol dos Confessados da Vila de São José 1795; Listas nominativas da Província de Minas, distrito da Lage de 1831-32 e 1838.

---

<sup>100</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Renda Provincial de Minas Gerais, exercício de 1856/57; Arquivo do Museu Regional, Documentação Privada de Gervásio Pereira Alvim: Renda Provincial de Minas Gerais, exercícios de 1882/83 e o da Câmara Municipal da Cidade de São José del Rei do ano de 1888 e de 1882/83; Imposto Municipal da Câmara Municipal da Cidade de São José del Rei, ano de 1888

<sup>101</sup> Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Inventário *post-mortem*: capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11; tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24.

1.4 Almanak Laemmert disponível no site: <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

1.4.1 Ano de 1860.

1.5 Universidade Federal de São João del Rei – Biblioteca do Campus Dom Bosco

1.5.1 Jornal Astro de Minas, nº 1138, data 05/03/1835, p. 4, Microfilme – rolo 20.

## 2. Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: Os Jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

CAMPS, Joan Bestard. “La estrechez del lugar. Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas.” IN: JIMÉNEZ, Francisco Chacon & FRANCO, Juan Hernández (eds.) **Poder, família y consanguinidad em la Espana del Antiguo Régimen**. Barcelona: Antropos, 1992.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense.

\_\_\_\_\_. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.” IN: SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. “Fortuna e família em Bananal no século XIX”. IN: CASTRO, Hebe Maria de Mattos & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed. Revista, 1998.

\_\_\_\_\_. & MANOLO, Florentino. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.

\_\_\_\_\_. “Da tipologia dos sistemas econômicos”. IN: FOURASTIÉ, Jacqueline et. Al., **Economia**. Rio de Janeiro: FGV, 3ª ed., 1981.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MADUREIRA, Nuno Luís. **Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750-1834**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. (Brasiliana, v.361).

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed. 2000.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Cel. Xavier Chaves, 2006.

TEIXEIRA, Paula Chaves. **Família e negócios: o caso Gervásio Pereira Alvim**. São João del Rei: UFSJ/DECIS, 2005. Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, curso de Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei.

VENÂNCIO, Renato Pinto. "Comércio e fronteira em Minas colonial". IN: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

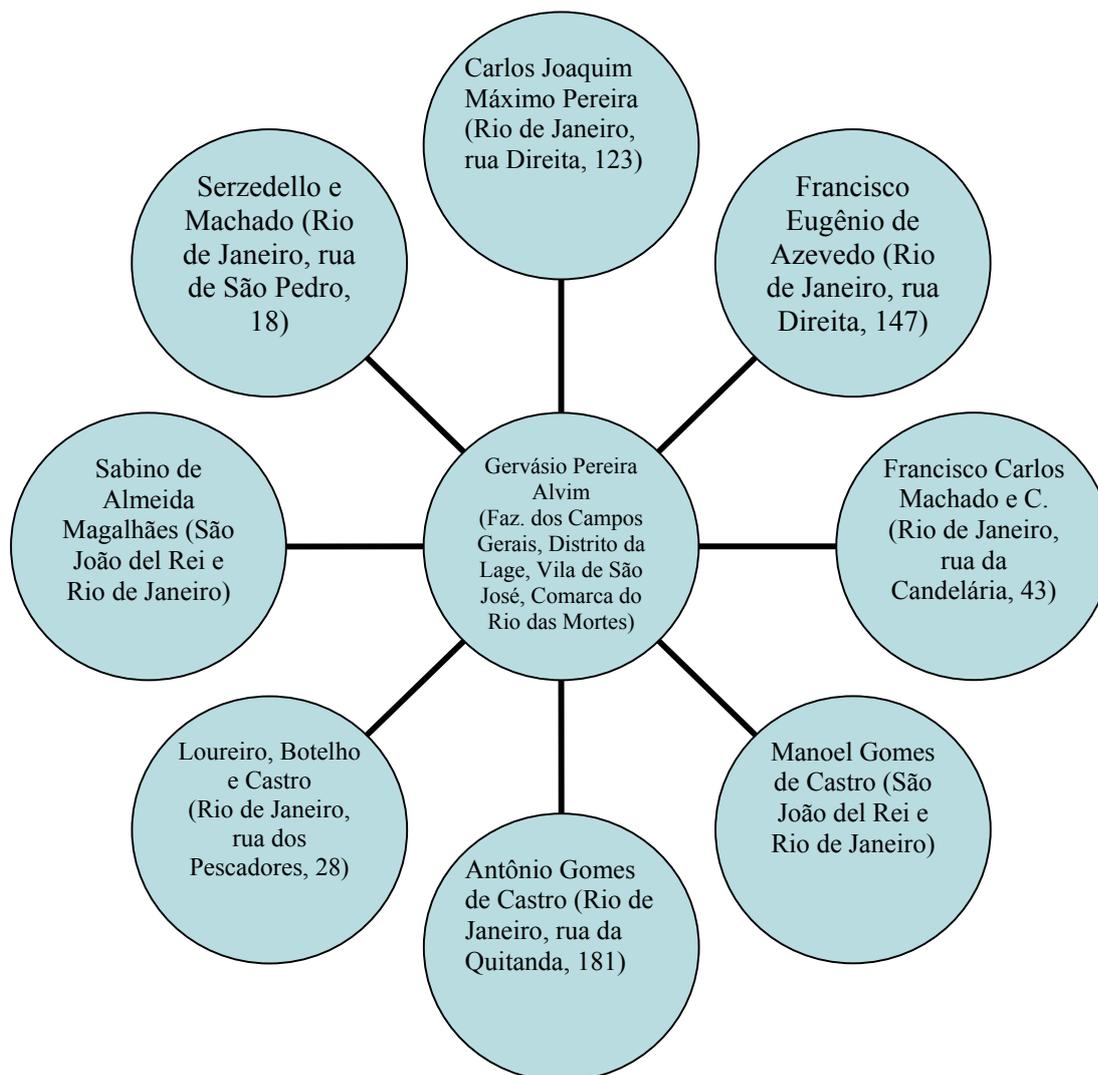
WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2ª edição, 1990.

# Anexos

## Diagrama 1:

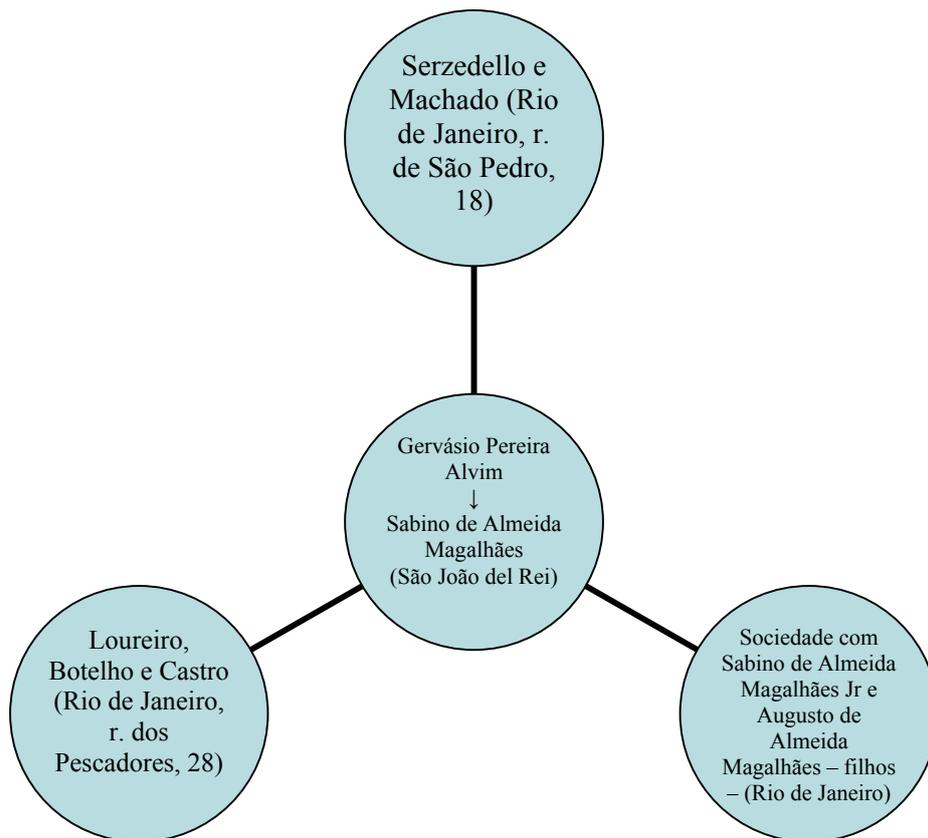
Negócios e Negociantes: As redes de negócios de Gervásio Pereira Alvim:



Fonte: Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim e Almanak Laemmert, ano de 1860, disponível no site: <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

**Diagrama 2:**

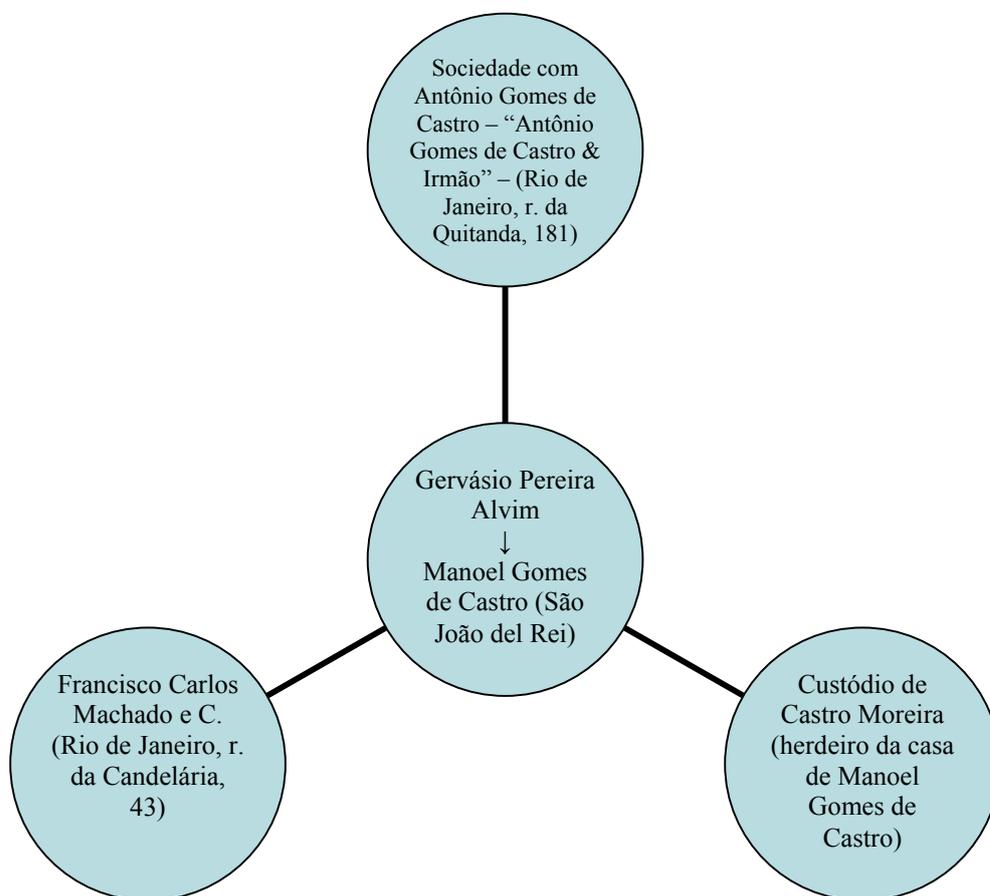
Negócios e Negociantes: As redes de negócios de Gervásio Pereira Alvim e Sabino de Almeida Magalhães



Fonte: Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim e Almanak Laemmert, ano de 1860, disponível no site: <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

### Diagrama 3:

Negócios e Negociantes: As redes de negócios de Gervásio Pereira Alvim e Manoel Gomes de Castro



Fonte: Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim e Almanak Laemmert, ano de 1860, disponível no site: <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>